



em.com.br Apurações do Ministério Público sobre patrimônio cultural batem recorde em Minas

As investigações chegam a 1.124 em 2013 - há 10 anos, foram só 22. Maioria dos casos é resolvida com acordo

JM Jorge Macedo - especial para o EM

postado em 30/12/2013 00:12 / atualizado em 30/12/2013 07:56

Gustavo Werneck



foto: Ministério Público Estadual/Divulgação)

Primeiro o diálogo; se não for possível, a Justiça. A preservação do patrimônio cultural de Minas passa pelos dois caminhos para tentar garantir a conservação de igrejas, áreas verdes, acervos arqueológicos, cavernas, arquivos históricos e outros bens e impedir a gestão inadequada de fundos e falta de políticas municipais específicas para o setor. Nas investigações feitas este ano pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 75% dos problemas resultaram em acordo e acatamento das recomendações. No restante, de cada grupo de 10 ações ajuizadas, nove obtiveram liminar, diz o coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico-MG (CPCC), Marcos Paulo de Souza Miranda. Outro dado indicando a mudança de realidade, na década, está no crescimento do número de investigações, que passaram de 22 (2003) para 1.124 (2013), alta de 5.000% (veja quadro).

Marcos Paulo explica que, hoje, o MPMG busca a Justiça apenas quando o acordo entre as partes não é frutífero. No ano passado, foram propostas 134 ações em todo o estado envolvendo resgate de peças sacras, desvio de recursos nos municípios, impacto de grandes empreendimentos e outros assuntos, o que aponta também um crescimento em relação a 2003, embora os dados anteriores não estejam disponíveis. “Temos encontrado boa receptividade dos juízes, cada vez mais preparados para estudar os casos referentes ao patrimônio cultural, da mesma forma que o

Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) mostra sensibilidade diante das situações. É um despertar também de empreendedores, Igreja e instituições públicas”, afirma o coordenador do CPPC. Para ele, há um efeito pedagógico, com a conscientização, educação e mudança de mentalidade.

O novo tempo no patrimônio cultural começou em 2003, quando houve o histórico resgate dos anjos de Santa Luzia (veja memória) e se fortaleceu dois anos depois, com a criação da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. “Em Minas, há 297 comarcas e 73% delas atuam na defesa do patrimônio cultural. Os promotores de Justiça sempre fizeram a investigação sobre ameaças e danos concretos, mas houve uma mudança de postura, tanto que a defesa do patrimônio integra o plano geral de atuação do Ministério Público. O serviço se tornou uniforme”, diz Marcos Paulo. O trabalho foi favorecido ainda pelo suporte técnico, com a assessoria de historiadores, arquitetos e arqueólogos, e produção de laudos e deslocamento de equipes técnicas.

O tempo médio de investigação dura 18 meses, o mesmo para se resolverem os problemas judicializados. “Muitas vezes ocorre de chegarmos a um acordo quando a ação está tramitando”, afirma Marcos Paulo. “Trazemos o patrimônio em rédea curta, não podemos descuidar um minuto. O crescimento dos acordos, principalmente por meio de termos de ajustamento de conduta (TAC), implica grande empenho dos promotores e entendimento da outra parte.”

Entre os assuntos investigados pelo MPMG, o campeão está nas ameaças aos bens tombados (casarões, igrejas, capelas, entre outros) em nível federal, estadual ou municipal. Em seguida, a falta de política municipal de patrimônio cultural, agressões às edificações de relevância. O quadro com as apurações de bens materiais e imateriais, neste ano, revela que outras regiões, além da Central, foram contempladas. Houve 126 processos abertos em Ouro Preto e 89 em Belo Horizonte, mas também 65 em Paracatu, no Noroeste; 58 em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha; 43 no Serro, no Jequitinhonha; e 37 em São João del-Rei, no Campo das Vertentes.

Ações Entre as ações ajuizadas recentemente e documentadas pelo Estado de Minas, merecem destaque a paralisação do asfaltamento no Morro de São Sebastião e no distrito de Rodrigo Silva, em Ouro Preto, obras conduzidas pela prefeitura local, e a despoluição visual de São João del-Rei, na Região do Campo das Vertentes – desta vez, o alvo era os comerciantes e a situação foi resolvida.

Carta arqueológica, restauração de imóveis, proteção de núcleos históricos, implantação de centros culturais e preservação da memória ferroviária também são medidas que resultaram de acordos firmados entre promotores de Justiça e prefeituras, empresas, paróquias e iniciativa privada a fim de evitar a destruição dos patrimônios histórico e natural. Um dos mais importantes foi a carta arqueológica de Congonhas, na Região Central, a ser concluída em cinco meses, resultado de uma medida condicionante no processo ambiental de uma mineradora que atua no município.

Na chamada “terra dos profetas”, foram encontrados túneis da época da mineração do ouro, canais para lavagem do metal e fortificações ao pé das serras. Nos últimos anos, foram descobertas cerca de 20 galerias subterrâneas e vestígios importantes dos séculos 18 e 19 mostrando outro lado da riqueza cultural de Congonhas. A carta arqueológica será a primeira

de Minas e vai nortear as atividades no município para impedir danos ao patrimônio.

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2022. todos os direitos reservados.